

## **A PSICOLOGIA NO NUMAPE: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA**

Silvia Marini (Psicóloga e Professora), e-mail: [silviamarini.psico@gmail.com](mailto:silviamarini.psico@gmail.com)  
UNESPAR/PARANAÍ

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar as ações da Psicologia no Núcleo Maria da Penha da Unespar – Paranavaí, enquanto *práxis* que pode contribuir para a construção de um novo compromisso social para essa ciência. Para tanto, discute-se teoricamente a importância da escuta atenta e do deslocamento do(a) profissional para a realidade social e subjetiva das mulheres atendidas, de modo a contribuir com a produção de novos sentidos e de novas ações políticas. Conclui-se que o rompimento da situação de violência requer a apropriação e transformação simbólica das histórias individuais e coletivas de cada uma das mulheres atendidas.

**Palavras-chave:** psicologia, compromisso social, violência doméstica.

### **Introdução**

As inquietações que sustentam o desenvolvimento deste trabalho são provenientes das experiências como orientadora técnico-científica da área da psicologia no Núcleo Maria da Penha – NUMAPE/Paranavaí, de 2018 à 2020. O Núcleo tem como objetivos oferecer acolhimento e atendimento sócio jurídico gratuito para mulheres em situação de violência doméstica. A partir da participação da Psicologia na equipe do NUMAPE o questionamento que nos fazemos é: como esse espaço de atuação pode contribuir na construção de um novo compromisso social dessa ciência?

Tal pergunta se justifica, já que a Psicologia no Brasil, desde a sua regulamentação em 1965, se vê às voltas com a árdua tarefa de romper com modelos teórico-práticos individualizantes e reforçadores das desigualdades sociais e que, portanto, não oferecem os subsídios para o atendimento de demandas que se constituem na desigualdade social e na violação de direitos.

### **Desenvolvimento**

De acordo com Bock (2003, p. 16), “A tradição da Psicologia, no Brasil, tem sido marcada pelo compromisso com os interesses das elites e tem se constituído como uma ciência e uma profissão para o controle, a categorização e a diferenciação”.

Como ciência, esse compromisso se mantém a partir de teorias que naturalizam os fenômenos psicológicos e responsabilizam os sujeitos pelo seu próprio desenvolvimento psicológico. Segundo a autora, muitas teorias concebem a existência de um “eu verdadeiro” que, diante das condições ambientais adequadas, tem todo o potencial para o desenvolvimento (BOCK, 2003). A partir dessa perspectiva, a dimensão subjetiva aparece, no seu processo de constituição, independente da objetividade da vida social.

No que se refere à profissão, esse compromisso se mantém pelo tripé de formação e atuação composto por três principais áreas: clínica, escola e organizações de trabalho. Tal realidade se expressa nos estágios básicos do último ano de formação em Psicologia, e, ainda, pela escolha das disciplinas da grade curricular dos cursos, uma vez que ambos são organizados para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades para a atuação nas referidas áreas. Os cursos de Psicologia, portanto, formam psicólogos clínicos, escolares e do trabalho.

Essas três áreas favorecem a manutenção do compromisso com as elites pela tradição das práticas desenvolvidas. Na escola, o olhar sobre a queixa escolar durante décadas foi marcado pela patologização e medicalização das dificuldades de aprendizagem. A utilização de testes psicológicos que atestavam os déficits cognitivos e de inteligência foram instrumentos muito utilizados para a explicação e mascaramento das contradições sociais envolvidas no processo de ensino e aprendizagem (PATTO, 2003).

Nas organizações de trabalho, a Psicologia foi requisitada, inicialmente, pela administração científica para responder às demandas do modelo taylorista de selecionar o homem certo para o lugar certo (BOCK, 2003). Atualmente, com o estabelecimento do toyotismo como novo modo de gestão e organização do trabalho, a Psicologia contribui para a ideia do desenvolvimento de habilidades individuais e para a formação constante, que instrumentalizam os sujeitos para lidarem com a competitividade, com as exigências e complexidade do mercado e das relações de trabalho.

Já a Psicologia clínica, antes restrita aos consultórios particulares, mas que hoje se insere nas diversas instituições de promoção à saúde, públicas e privadas, tem como tradição a compressão do sujeito e a intervenção em suas demandas em uma perspectiva individualizante. Como resultado, as intervenções voltam-se para dentro do sujeito e negam, na maioria dos casos, a complexidade e a inter-relação entre vida subjetiva e vida social.

Ainda que as reivindicações sociais e o contexto político que marcaram a década de 1980 tenham exigido da Psicologia a transformação do seu compromisso social e a construção de novos espaços de atuação, o que legitimou o desenvolvimento de uma importante área de atuação e produção de conhecimento: a Psicologia Social; muitos desafios se apresentam à construção de uma ciência e de uma profissão que reconheça a objetividade social e coletiva presente na base constitutiva das subjetividades.

Por isso, a inserção da Psicologia no NUMAPE se apresenta para nós como um espaço importante de produção de uma práxis que contribua no processo de transformação crítica dessa ciência e dessa profissão, de modo que se produzam novos saberes e práticas que alcancem de forma legítima às demandas das mulheres em situação de violência doméstica. Afinal, a violência de gênero, e as marcas subjetivas que deixa, é um fenômeno que só pode ser reconhecido, acolhido e enfrentado quando analisado criticamente no interior do sistema patriarcal, que é coletivamente produzido e reproduzido.

Contudo, a tradição de formação e construção da Psicologia nos colocam desafios, à medida que os profissionais (e nos incluímos aqui) e acadêmicos de Psicologia são marcados pela produção e reprodução de olhares sobre os fenômenos psicológicos que, muitas vezes, legitimam e reproduzem a violência e o sofrimento ou, ainda, naturalizam ou individualizam o complexo processo de sua construção.

No NUMAPE, as ações desenvolvidas pela Psicologia, durante os anos em que as pudemos acompanhar, consistiram em acolhimento psicológico para mulheres em situação de violência que procuravam o Núcleo e ações educativas e preventivas da violência doméstica e de gênero.

Aqui, analisaremos mais especificamente as escutas individuais oferecidas a essas mulheres, pois é no contato com o sofrimento e diante da necessidade de acolhimento que nos parece fundamental olhar criticamente para teoria e método que sustentam as intervenções.

Para isso, utilizaremos as interessantes ideias de Gonçalves Filho (2003) expressas no texto *Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante*, no qual o autor se propõe a pensar a pesquisa e a atuação profissional dos psicólogos junto a população humilhada politicamente. Ou seja, para os oprimidos, que diante da sua condição sofrem situações de violência e violação de direitos.

Ao iniciar suas considerações, Gonçalves Filho (2003, p. 194) destaca a observação participante enquanto o método investigação, mas, também de uma prática profissional que: “Indica a situação do cidadão e pesquisador que se deslocou para bem perto daqueles sobre quem o fenômeno cai ostensivamente, deslocou-se de corpo e alma para bem perto daqueles em que o fenômeno pega por dentro”.

Esse conceito se torna importante, pois acreditamos que a prática profissional no NUMAPE exige esse deslocamento em direção à realidade e às demandas das mulheres ali atendidas e, com elas, a produção de novos sentidos. E para isso a escuta atenta, disponível e próxima faz-se necessária.

É essa escuta e essa proximidade que garante o ingresso na comunidade de destino, mais um conceito do abordado pelo autor, que “Significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidades de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados” (ECLÉA BOSI, 1994 apud GONÇALVES FILHO, 2003, p. 196).

Ingressar na comunidade de destino para a atuação exige esse deslocamento, que é, acima de tudo, interno, na medida que exige a disposição de estar perto da realidade e da condição de quem sofre, sobretudo, da expressão subjetiva desse sofrimento.

## **Considerações finais**

Retomando o lugar da prática da Psicologia no NUMAPE, reconhecemos as ações de escuta e acolhimento das mulheres em situação de violência como profícuas para a transformação das suas realidades. Isso porque os sofrimentos políticos e sociais precisam ser psicologicamente enfrentados. Como afirma Gonçalves Filho (2003), as experiências de violência, traumáticas que são, precisam ser assimiladas e ressignificadas psicologicamente para que novos sentidos e novas ações possam ser produzidas.

Desse modo, quando falamos da violência contra as mulheres, precisamos considerar a sua dimensão política, social e subjetiva. A ruptura das situações de violência passa pela construção complexa de uma rede que envolve sociedade, Estado e sujeitos.

É na possibilidade de fala e, principalmente, de serem ouvidas, que essas mulheres podem transformar as marcas subjetivas da violência vivida. Sem essa apropriação subjetiva, o rompimento das relações e situações de violência, as reivindicações e as lutas políticas não podem acontecer. Assim, reconhecemos o lugar da Psicologia no NUMAPE como facilitadora desse processo de apropriação e transformação da história individual e coletiva dessas mulheres. É esse o compromisso social da Psicologia no NUMAPE!

## **Referências**

- BOCK, A. M. B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, A. M. B. (org.). *Psicologia e o Compromisso social*. São Paulo: Cortez, pp. 15-28, 2003.
- GONÇALVES FILHO, J. M. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: BOCK, A. M. B. (org.). *Psicologia e o Compromisso social*. São Paulo: Cortez, pp. 241-154, 2003.
- PATTO, M. H. S. O que a história pode dizer sobre a profissão do psicólogo: a relação Psicologia-Educação. In: BOCK, A. M. B. (org.). *Psicologia e o Compromisso social*. São Paulo: Cortez, pp. 29-36, 2003.